Aula 2

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

META

Compreensão do processo histórico do estabelecimento da Educação Ambiental.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
compreender os diferentes momentos históricos do estabelecimento da Educação Ambiental no Brasil e no mundo.

PRÉ-REQUISITO

Para um bom entendimento desta aula é necessário a compreensão dos conteúdos da aula anterior.

INTRODUÇÃO

De acordo com o grande filósofo romano Cícero (106-43 a.C.) a história é "a mola mestra da vida", portanto, na compreensão do evoluir das questões ambientais e na busca de soluções para os problemas inerentes a estas, torna-se necessário a recuperação histórica dos principais eventos que estão relacionados a esta temática, inclusive, no que diz respeito à Educação Ambiental enquanto instrumento facilitador de harmoniosas relações do homem com o meio ambiente.

Em termos formais, podemos afirmar que é recente o advento e até mesmo a idéia da legitimação da Educação Ambiental. Em virtude dos diferentes aspectos culturais e políticos de várias sociedades no mundo, o processo histórico nas nações, por motivos óbvios, não é igual, todavia, podemos considerar alguns eventos que podem ser entendidos com caráter mais abrangente e, portanto mundial.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Rachel Carson

1907-1964, foi zoóloga, bióloga e escritora americana. Seu trabalho principal foi o livro intitulado "Primavera Silenciosa", reconhecido como o grande deflagrador do movimento global sobre o Ambiente.

As primeiras abordagens envolvendo Educação Ambiental no mundo, de maneira formal, iniciaram em meados do século XX, como pode ser visto no Quadro 1, e no Brasil não foi diferente; o país buscou também acompanhar estes processos.

Diferentes estudiosos citam o livro "Primavera Silenciosa" de **Rachel Carson** (1962) (Fig. 1) como sendo um grande deflagrador de uma discussão ambientalista, que ao longo do tempo surgiu como um esforço internacional para a Educação Ambiental, ao lado de outras ações de caráter regulatório e de desenvolvimento tecnológico científico, visando uma melhor relação com o ambiente.

Segundo Dias 2000, a evolução dos conceitos de Educação Ambiental esteve diretamente relacionada à evolução do conceito de meio ambiente e ao modo como este era percebido. Quando o conceito de meio ambiente está estritamente relacionado a seus aspectos naturais, não se permite contemplar as interdependências nem a contribuição das ciências sociais e outras à compreensão e melhoria do ambiente humano.

> Alguns autores mencionam que o período pós-segunda Guerra Mundial fez emergir com maior ênfase os estudos do meio ambiente (...). Lembram ainda que os naturalistas, jornalistas, escritores e estadistas muito antes já escreviam sobre a necessidade de proteção dos recursos naturais ou mesmo sobre a importância do contato com a natureza para a formação humana. Mas atribui-se à Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, a responsabilidade por inserir a

temática de educação ambiental na agenda internacional (BRASIL, 2003, p.7).

No Brasil, pode-se considerar como marco referencial legal o Programa Nacional de Educação Ambiental, aprovado pela presidência da República em 21 de Dezembro de 1994 e publicado no Diário Oficial da União em 22 de Dezembro de 1994.

Observe no Quadro 1, um pouco da História da Educação Ambiental no Brasil e no mundo.

Quadro 1

Brasil	Mundo
	1962 – Publicação do livro "Primavera Silenciosa" por Rachel Carson, jornalista americana, chamando atenção a respeito da ação do homem sobre o meio ambiente.
	1965 – Primeiros usos da expressão *environmental education* (educação ambiental) na Grã-Bretanha, sugerindo-se que a mesma deve ser parte da educação de todos os cidadãos.
1968 – No contexto dos movimentos políticos deste ano, surgem os primeiros comentários sobre o Movimento ambientalista.	1968 – Em conferência sobre Educação realizada em Leichester, Grã-Bretanha, funda-se a Sociedade para Educação Ambiental.
	1968 – O Clube de Roma reúne-se para estudo e reflexões a respeito dos recursos naturais na biosfera.
	1968 – A Delegação da Suécia na ONU chama a atenção para a crise no ambiente humano e o aumento dos problemas ambientais.
	1969 – Lançamento nos EUA do Jornal da Educação Ambiental.
	1970 – Inicia-se o uso do termo Educação Ambiental nos EUA.
1971- Criação da associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan).	1971 – É publicado na Grã-Bretanha o documento "*A blueprint for survival*" (Um esquema para a sobrevivência), recomendando procedimentos para um ambiente ecologicamente saudável.
	1971 – Publicado o primeiro exemplar o boletim de EA na Grã-Bretanha.
	1971 – Nasce o Greenpeace – Movimento em Defesa do Meio Ambiente.

1972- Criação do primeiro Curso de pós-graduação em Ecologia no país, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	1972 – Publicação pelo Clube de Roma do Relatório denominado *"Os limites do crescimento"*, o qual foi rejeitado pelos políticos e inclusive nos países subdesenvolvidos que temiam a cessação do processo industrial e exploração dos recursos naturais.
1972 – Durante a Conferência Internacional sobre o Ambiente Humano, o Brasil com a sua representação de forma aparentemente contraditória posiciona-se conforme o dito no seguinte cartaz: "*Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento"*.	1972 – Realização da primeira Conferência Internacional sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia com patrocínio da ONU. Nesta Conferência foram decididas a Declaração sobre o Ambiente Humano e a criação de um Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
1973 – Após o escândalo causado pela posição oficial do país na Conferência Internacional sobre o Ambiente Humano, o governo cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Decreto 73.030 da Presidência da República, datado de 30 de Outubro.	1973 – Criado nos EUA o Registro Mundial de Programas em EA.
	1974 - Realização na Holanda do Primeiro Congresso Internacional de Ecologia.
	1974 – Com o patrocínio da UNESCO, realiza-se na Finlândia o Seminário sobre EA.
1975 – Surgimento de movimentos ambientalistas precursores em diferentes regiões do país.	1975– Realização do Encontro Internacional sobre EA, em Belgrado. Culminando com o lançamento do Programa Internacional de EA e com a chamada "Carta de Belgrado" (declaração sobre a natureza e a preservação do meio ambiente).
1976 – Criação de cursos de pós-graduação em Ecologia nas Universidades do Amazonas, Campinas, Brasília e São Carlos.	1976 – Realização no Peru de Reunião Sub-regional de EA para o ensino secundário.
1977 – Conselho Federal da Educação torna obrigatória a Disciplina Ciências Ambientais para cursos de Engenharia.	1977 - Criação da Sociedade Internacional para EA, nos EUA.
	1977 - Realização da 1ª Conferência Intergovernamental sobre EA., Tbilisi-Geórgia (ex-URSS).
1979 – O Departamento de Ensino Médio do MEC, junto com a CETESB elaboram o documento *"Ecologia – uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus"*.	1979 – Acontece o Seminário de EA. para a América Latina realizado pela UNESCO e PNUMA, na Costa Rica.

	1980 – Promovido pela UNESC, realiza-se em Budapeste (Hungria) Seminário Internacional sobre o Caráter Interdisciplinar da EA. no Ensino de 1º e 2º graus.
1981 – Sancionada a Lei 6.938 de 31 de agosto, referente à Política Nacional de Meio Ambiente.	1981 – Realização do Seminário sobre a Energia e a EA na Europa (Monte Carlo, Mônaco).
	1981 – Lançamento da Revista "O Ambientalista", na Inglaterra. Revista destinada a profissionais de EA.
1986 – Realização do primeiro curso de especialização em EA. pela UNB.	1986 – Acidente nuclear em Chernobyl.
1986 - Aprovação pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) da resolução 001/86 que normatiza procedimentos, responsabilidades e critérios para a Avaliação de Impacto Ambiental.	
1987 - Parecer 226/87 do Conselho Federal de Educação, MEC, que trata da inclusão interdisciplinar da EA nos currículos de 1º e 2º graus.	1987 – Realização do Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais, em Moscou-UNESCO/PNUMA.
1987 – Incidente nuclear envolvendo cápsula de Césio 137, Goiânia (GO).	1987 – Publicação do Documento "Nosso Futuro Comum", relatório da Comissão Brundtland sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Comissão criada pela ONU em 1984 para estudar os problemas mundiais envolvendo meio ambiente e desenvolvimento.
1988 – Aprovação da Constituição Federal Brasileira pelo Congresso Nacional, onde o artigo 225 trata da EA como obrigatória no ensino nacional.	
1989 – Em Recife (PE) realiza-se o 1º Encontro Nacional sobre EA no Ensino Formal –IBAMA/UFPE.	1989 – Realização da 3ª Conferência Internacional sobre EA para as Escolas de 2º grau com o tema Tecnologia e Meio Ambiente, EUA.
	1990 – Ano Internacional do Meio Ambiente, organizado pelas Nações Unidas.
	1990 - Ocorre na França a I Conferência Internacional de Direito Ambiental, com participação de juristas de 43 países.
	1990- Lançamento do *livro Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), coordenado pela Primeira Ministra da Noruega. Relatório Brundtland.
1991 – A Portaria 678 do MEC (14/5/91) contempla a interdisciplinaridade da Educação Ambiental.	
	1992 – Realiza-se no Rio de Janeiro a Conferência Internacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

1993 – A E.A. tem caráter obrigatório e interdisciplinar pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB).	
1994 – Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea) tem como objetivo instrumentalizar politicamente o processo de E.A.	
	1995- Primeira Conferência das Partes para a Convenção sobre Mudanças Climáticas, realizada em Berlim.
1996 – Elaboração pelo MEC da proposta dos “Parâmetros Curriculares Nacionais”.	
1996 – Instalada no Conama a Câmara Técnica Temporária de E.A., criada pela Resolução n. 11/1995.	1996 – II Conferência das Nações Unidas sobre os Assentados Humanos, promovida pela UNESCO na Turquia.
	1997 – ONU avalia os resultados da Rio-92.
	1997 – Presidente dos EUA, Bill Clinton, anuncia a posição do seu país para a Conferência de Kyoto, Japão.
1998 – Presidente da República e ministro do Meio Ambiente assinam a Lei dos Crimes Ambientais, n. 9.605, publicada no Diário Oficial da União em 31/2/98.	1998 – Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, promovida pela ONU, UNESCO e o Governo da Grécia (Resulta na Declaração de Thessaloniki).
1999 – Lei n. 9.795 institui a Política Nacional de E. A.	
2000 – COEA/MEC organizam Seminário de Educação Ambiental, Brasília-DF.	2000 – Cúpula do Milênio: Declaração das Nações Unidas, em Nova York.
2000 – Surge o Curso Básico de Educação Ambiental à Distância promovido por DEA / MMA/ UFSC / LED / LEA.	
2002 – Lançamento do Sistema Brasileiro de Informação sobre E.A. e Práticas Sustentáveis (Sibea).	2002 - Ano do Ecoturismo declarado pela ONU.
2002 – Regulamentação da lei que institui a Política Nacional de E.A. e outras providências, Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002.	
	2005 – Início efetivo do Protocolo de Kyoto.
	2009 – Conferência da UNESCO sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável, na Alemanha.

Quadro 1: Histórico da Educação Ambiental no Brasil e no Mundo.

Agora que você já conhece um pouco do histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo, vale à pena aprofundar um pouco mais seu conhecimento lendo, a seguir, um trecho da Constituição da República Federativa do Brasil, que trata sobre a questão do meio ambiente.

Vale ressaltar, que a responsabilidade ambiental não é só política e empresarial, mas também depende da conduta de cada um de nós, meros habitantes da Terra, para preservá-la; uma vez que todos têm direito a um ambiente sadio e equilibrado para a geração presente e futura (Fig.2).

Figura 2: Imagem representativa do cuidado que todos devemos ter com o Planeta Terra. Fonte: http://emtransito.wordpress.com.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.
§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

CONCLUSÃO

É importante conhecermos a trajetória do processo histórico da Educação Ambiental, pois é necessário uma boa formação para, posteriormente, transmitirmos a informação. Desde meados de 1960 já se comentavam sobre Educação Ambiental, porém o grande marco referencial básico foi em 1977, com a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, conhecida como Conferência de Tbilise. A partir deste momento, ocorreram várias abordagens sobre definições desta temática.

> (...) entende-se por educação ambiental o conjunto de ações educativas, voltadas para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerando os efeitos da relação do homem com o meio, a determinação social e a variação /evolução histórica dessa relação (Quintão, 1988).

RESUMO

Do mesmo modo que na vida do homem, muitos momentos são importantes no decorrer do processo histórico da Educação Ambiental. No Brasil e no mundo, alguns eventos, sejam eles de caráter governamental ou não, a partir do século XIX e em especial no século XX possibilitaram a legitimização pública e privada dos processos e formas de conscientização da sociedade a respeito da problemática ambiental.

ATIVIDADES

1. Pesquise e relate qual o objetivo da Agenda 21.
2. A Educação Ambiental faz parte do seu município? Dê exemplos.
3. Acesse o site http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html e leia o documento chamado *Carta da Terra*.

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos sobre Noções de Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental:** ProNEA. Brasília: MMA/MEC, 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea.pdf

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 6ª ed. São Paulo: Gaia, 2000, 551p.

QUINTÃO, A.S. **Educação Ambiental**: uma interpretação cultural. Brasil Florestal, Brasília, v. 15, n. 66, p5-10, out./Nov./dez. 1988.

http://macroscopio.blogspot.com/2006/11/primavera-silenciosa-de-rachel-carson.html

http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html

http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes5-94.htm

http://ambientaressaealuta.blogspot.com/2008/07/primavera-silenciosa.html

Fonte: http://emtransito.wordpress.com